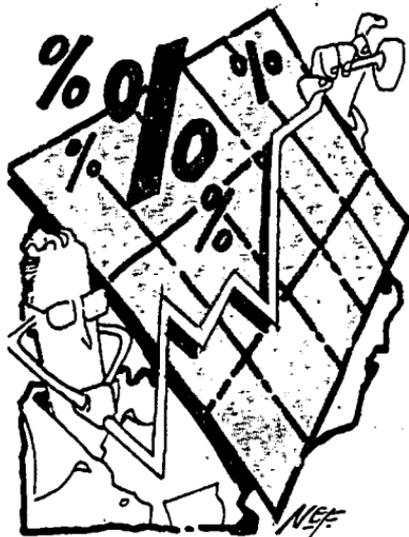


# Governo combate abusos das empresas de saúde

A diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Elisa Martins, disse ontem que a assessoria jurídica do órgão está concluindo um estudo sobre as medidas que podem ser adotadas para coibir os abusos das empresas de assistência médica. Elisa afirmou que o DPDC tem recebido muitas denúncias dos Procons estaduais sobre cláusulas contratuais que desrespeitam o Código de Defesa do Consumidor. Exemplificou com o aumento arbitrário das mensalidades de acordo com a faixa etária do associado. "Essa é uma cláusula abusiva, que não pode ser mantida nos contratos", protestou.

A ofensiva contra as empresas de assistência médica foi decidida, há dois meses, durante uma reunião do DPDC com represen-



tantes dos Procons. No encontro, concluíram que o maior número de queixas do consumidor estavam concentradas nas áreas de mensalidades escolares, contratos

de aluguel e de seguro-saúde. Para enfrentar o abuso das mensalidades escolares, o DPDC solicitou à Secretaria de Direitos da Cidadania e Justiça, do Ministério da Justiça, o cancelamento de todos os títulos de utilidade pública concedidos às escolas particulares que tiverem obtendo lucros. No caso dos contratos de aluguel, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) baixou uma súmula orientando os Procons a processarem as imobiliárias que estejam cobrando, indevidamente, taxas contratuais dos locatários.

Elisa Martins não quis antecipar se, no caso dos planos de Saúde, o Departamento pretende optar por uma nova súmula orientando os Procons. A diretora, porém, advertiu que o DPDC "não vai admitir mais" a adoção de cláusulas contratuais unilaterais.